



J. Freitas

Participantes do Grito da Terra se manifestam em frente ao Congresso Nacional

Senadores cobram (e governo promete) solução para o campo

Senadores de diferentes partidos cobraram do governo medidas para resolver a crise na agropecuária. Trabalhadores rurais fizeram manifestação em frente ao Congresso, que promoveu audiência pública para examinar a situação. O presidente da Comissão de Agricultura do Senado,

Sérgio Guerra, advertiu que o governo precisa apresentar soluções urgentes. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirmou, depois de reunião do presidente Lula com oito governadores no Palácio do Planalto, que o governo apresentará dois pacotes de medidas no próximo dia 25. **Página 5**

Biblioteca do Senado, 180 anos de história viva do país

A Biblioteca do Senado comemorou ontem seu 180º aniversário com o lançamento do livro *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva*.

– A história do Senado e do Brasil está depositada aqui – disse a diretora da biblioteca,

Simone Bastos Vieira.

Discursaram também o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o senador Marco Maciel; e o presidente do Senado, Renan Calheiros, que falou sobre a relevância do programa de digitalização das obras raras da biblioteca.



Genildo Magêlo

Renan (ao microfone) destaca a importância da digitalização de obras raras

Pacote antiviolença fica pronto amanhã

Regime disciplinar diferenciado para presos de alta periculosidade e até serviço de inteligência carcerária são propostos por relator

O regime disciplinar nos presídios brasileiros pode mudar, para evitar a repetição de episódios como a verdadeira guerrilha urbana deflagrada desde sexta-feira da semana passada por organizações criminosas em São Paulo e outros estados. Propostas nesse sentido estão sendo

examinadas pelo senador Demostenes Torres, relator da comissão especial que tem a incumbência de formular em 48 horas medidas emergenciais no âmbito da segurança pública. O relatório, que deve ser apresentado amanhã, prevê até isolamento para quem for flagrado com celular em presídio. **Páginas 3 e 4**



Genildo Magêlo

Na reunião com os líderes, Renan Calheiros pede prioridade para as medidas que visam conter a violência urbana...



Célio Azevedo

... examinadas por Demostenes Torres (segundo à esquerda, na reunião da Comissão de Justiça), que deve anunciá-las amanhã

Indicação de diretores aprovados pela CAE ainda será examinada pelo Plenário, com pedido de urgência

Comissão aprova duas indicações para o Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem as indicações de dois novos diretores para o Banco Central. Por 19 votos a favor e 1 contra, o economista Mário Magalhães Carvalho Mesquita foi aceito para a Diretoria de Estudos Especiais. Já Paulo Vieira da Cunha obteve 18 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção para ocupar a Diretoria Internacional. As indicações vão ser examinadas agora em Plenário, com pedido de urgência, como proposto pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), relatora da indicação de Mesquita. O parecer à mensagem com a designação de Vieira da Cunha ficou a cargo de Valdir Raupp (PMDB-RO).

Durante a arguição, Mesquita manifestou confiança no sistema de metas para a inflação e na política de câmbio flutuante, a despeito dos impactos sobre setores exportadores prejudicados atualmente com a valorização do real, considerados momentâneos por ele. Vieira da Cunha observou que o sistema ganhou a confiança dos formadores de opinião e que, assim, os formadores de preço passaram a incorporar as metas em suas avaliações.

Pontes no Tocantins

Também na reunião de ontem, a CAE rejeitou a emenda de Plenário, apresentada por Almeida

Lima (PMDB-SE), destinada a garantir o acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU) na execução de contrato de empréstimo externo em favor do Tocantins. O pedido de empréstimo voltará a Plenário nos termos originalmente aprovados pela comissão no mês passado, quando foi concedida autorização para que o governo daquele estado levante US\$ 125 milhões junto ao Capitalia Grupo Bancário, da Itália, para a construção de 70 pontes. Em seu parecer, o relator da emenda, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), disse que não cabe ao TCU "tutelar" a execução de contratos, mas apenas realizar o acompanhamento, depois do início das obras.

Audiências

A guerra fiscal entre os estados será tema de audiência pública na CAE. Requerimento assinado por dois senadores do Pará, Ana Júlia e Luiz Otávio (PMDB), que preside a comissão, foi acolhido ontem. Será convidado para o debate o ministro da Fazenda, Guido Mantega, entre outros.

Aprovado ainda requerimento de audiência para discutir o projeto de lei que dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes à participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto (PLC 119/05).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário ainda está trancada por MPs

A sessão começa às 14h. Medidas provisórias e projetos de conversão ainda trancam a pauta. Entre as propostas, a que isenta de imposto os títulos públicos

comprados por estrangeiros e a que libera R\$ 57,5 milhões para obras na malha rodoviária federal e que trata de gratificação de servidores públicos.



CCJ vota indicação de Carmen Lúcia ao Supremo

A indicação de Carmen Lúcia Antunes Rocha para assumir a cadeira de Nelson Jobim no Supremo Tribunal Federal (STF) é o primeiro item a ser analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ). Se aprovada, ela será a segunda mulher a ter assento no Supremo. A reunião vai discutir também a PEC que normatiza a competência do STF sobre o Legislativo, para evitar que a Justiça barre o trabalho das CPIs.

Crise na agricultura em discussão

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública, a partir das 11h, com o objetivo de discutir a crise que o setor agropecuário brasileiro

enfrenta. Participam da reunião o chefe de gabinete do ministro do Desenvolvimento Agrário e coordenador-geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural,

Caio França, e o coordenador-geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Régis Norberto Alimandro.

CDH analisa modelo penitenciário da Febem

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) como modelo de correção de adolescentes infratores é tema da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 10h30. O debate conta com a presença do titular da

Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ministro Paulo de Tarso Vannuchi, e da presidente da Comissão Temporária da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marta Marília Tonin, entre outros.



CPI pode decidir sobre convocação de Dantas e sócios do Opportunity

Às 10h30, a CPI dos Bingos vai deliberar sobre as convocações do banqueiro Daniel Dantas e seus sócios, para esclarecer denúncias de que Dantas teria sido achacado pelo governo petista durante a briga

pelo controle acionário da Brasil Telecom. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para decidir sobre a reavaliação do Plano Plurianual (PPA), que se encerra no ano que vem.

De olho na pirataria

A pirataria na indústria audiovisual será discutida na audiência das subcomissões de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia, às 10h, com a participação do presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), Gustavo Starling, e do diretor do Programa Antipirataria, da Motion Picture Association, Márcio Gonçalves.

Saúde em pauta na CAS

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa projetos que obrigam a realização de testes oftalmológicos e auditivos na rede de saúde pública e a aplicação de testes em recém-nascidos para detectar hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria. Mecanismos de transparência para a lista única de espera de transplantes também estão em pauta.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Tião Viana e Papaléo Paes



Parlamentares e secretários estaduais reuniram-se ontem na Presidência do Senado para avaliar quais mudanças podem ser feitas visando adequar a legislação sobre segurança às necessidades do país

Cristovam: ataques em São Paulo foram atos terroristas

Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou como atos terroristas as rebeliões e os ataques em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Na opinião do senador, o objetivo foi amedrontar os policiais para desestimulá-los no exercício de seu trabalho.

– Depois os bandidos vão matar juízes, para aterrorizar o sistema judiciário; em seguida, vão assassinar políticos, para evitar a aprovação de leis mais duras.

O senador sugeriu a criação de instituição ou órgão subordinado ao Ministério da Defesa que tivesse o encargo de cuidar da segurança pública e trabalhasse para aperfeiçoar as forças policiais do país. Ele cobrou investimentos em educação, saúde pública e distribuição de renda, a fim de “parar a fábrica de violência que é a sociedade brasileira”.

Valadares defende soluções pacíficas para a violência

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) enalteceu a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de criar uma comissão especial para apresentar iniciativas legais, de caráter emergencial, a fim de coibir a violência. Para Valadares, é prioridade a defesa pacífica do estado democrático de direito.

– O recrudescer da violência deve ser sustado por meio de instituições livres e democráticas, construídas por meio de uma legislação forte e moderna – disse, defendendo maior investimento no serviço de inteligência das polícias e do Ministério Público.



Para Valadares, o uso de violência não é “sequer minimamente justificável”

Renan apóia reivindicações de secretários de Segurança Pública

Em reunião com os integrantes do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps), o presidente do Senado, Renan Calheiros, apoiou ontem as reivindicações da entidade e defendeu proposta de sua autoria que vincula recursos orçamentários para a segurança e obriga o repasse integral deles, como já é feito com os recursos destinados à educação e à saúde.

– Além do contingenciamento,

temos um grande déficit penitenciário e cerca de 200 mil mandados de prisão que não são executados – afirmou Renan, lembrando que o trâmite do Orçamento está em reformulação.

O presidente do Senado destacou ainda a criação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de uma comissão especial que, em 48 horas, deverá sistematizar as 12 propostas na área de segurança pública em

trâmite no Senado para que sejam levadas rapidamente a votação.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, disse que sua preocupação no momento é com a elevação do debate, evitando apontar culpados pela violência em São Paulo. Ele sugeriu a realização de uma “autocrítica de cabo a rabo, pois a segurança pública não foi prioridade em nenhum governo, de Sarney a Lula, passando por Fernando Henrique Cardoso”.



Senadores reúnem-se com integrantes do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública para discutir recentes ataques em SP

Senadores avaliam como combater a criminalidade

Os senadores apresentaram sugestões de combate à violência no encontro de ontem com membros do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps). Heloísa Helena (PSOL-AL) solicitou ao presidente da instituição, Glauberto Bezerra, que encaminhe o diagnóstico e as necessidades de cada estado para que o Senado possa saber qual será o impacto financeiro e definir as fontes de recursos e os meios de fiscalização da aplicação des-

ses recursos. Glauberto disse que todos os estados já fizeram esse levantamento, e que ele foi exaustivamente oferecido à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Magno Malta (PL-ES) assinalou que a sociedade cobra o combate ao crime organizado, que não está sequer tipificado no Código Penal, e defendeu a criação de uma comissão permanente de segurança pública. A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, lembrou que a CCJ já tem uma

subcomissão permanente de segurança pública, mas que não se reúne desde 2004, e recomendou cautela na votação de novas leis.

– Temos muita coisa para aprovar, mas não sob esse fogo cruzado e emoções do momento.

José Agripino (RN), líder do PFL, disse que parte da responsabilidade sobre os atos de violência se deve ao contingenciamento de recursos orçamentários. Ele defendeu a modernização da legislação e a agilização da Justiça.

Iris clama por um mutirão para buscar alternativas

Está na hora de o Parlamento se unir em um mutirão “para oferecer uma alternativa ao país, independente de questões partidárias e supostas vantagens eleitorais”, segundo afirmou ontem, em Plenário, Iris de Araújo (PMDB-GO).

Ela criticou a falta de uma política de segurança por parte dos agentes públicos e condenou o encolhimento dos recursos repassados para o setor.

– Com a explosão da violência, São Paulo teve quatro dias de Iraque – observou.

Citando dados do portal Contas Abertas, a senadora informou que, apenas no Fundo Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, existem R\$ 297 milhões disponíveis, porém não utilizados, com o objetivo de garantir o superávit primário.



Heloísa quer um retrato da segurança nos estados para embasar discussões

Heloísa pede diagnóstico do sistema prisional

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) propôs que os secretários de Segurança Pública de todo o país apresentem um diagnóstico sobre o sistema de segurança pública e sobre o sistema prisional de todos os estados, para embasar a discussão de alternativas “ágeis, concretas e eficazes” de combate à violência.

Heloísa criticou o contingenciamento de recursos destinados à segurança pública. Apenas 32% dos projetos previstos com verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública teriam sido executados em 2005, segundo ela.

– É muito cinismo as iniciativas só ocorrerem depois do banho de sangue em São Paulo.

Suplicy e Virgílio propõem voto de pesar por vítimas

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) defenderam requerimento de voto de pesar em Plenário pelas vítimas dos ataques ocorridos desde sexta-feira passada em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, entre as quais policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários, guardas metropolitanos e outros cidadãos. Ambos expressaram condolências às famílias dos mortos.

Suplicy disse esperar o máximo rigor para punição dos culpados, e considerou indispensável uma reflexão sobre os motivos que contribuíram para tal barbaridade.

– Não é possível que meninos da periferia continuem morrendo antes dos 25 anos ou sendo cooptados pelo narcotráfico – protestou Arthur Virgílio.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Romeu Tuma (PFL-SP) apoiaram os dois requerimentos. Tião Viana (PT-AC) avaliou que os comentários traduzem não só a revolta com os crimes praticados, mas também uma expectativa de mudança.



CCJ institui comissão especial, formada por Demostenes, Virgílio, Mercadante e Simon, para reunir propostas visando coibir a criminalidade



Célio Azevedo

Em reunião convocada por ACM, Demostenes (E) foi escolhido relator do colegiado que examinará projetos que terão regime de urgência

Comissão apresentará amanhã pacote de medidas antiviolaência

Medidas mais duras para detentos de alta periculosidade e punição de isolamento para quem for apanhado com celular na prisão estão entre as propostas que poderão ser aprovadas em regime de urgência pelo Congresso. O anúncio foi feito ontem por Demostenes Torres (PFL-GO), indicado relator da comissão especial formada para apresentar, em 48 horas, medidas emergenciais no âmbito da segurança pública. A decisão é resultado de reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), convocada por seu presidente, Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA). Além de Demostenes, a comissão contará com Arthur Virgílio (PSDB-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Entre os projetos que serão analisados estão quatro de Demostenes, em tramitação na Casa, três propostas de emenda à Constituição (PEC) e seis novos projetos, protocolados ontem.

Demostenes destaca, entre as propostas de sua autoria, a que cria o Regime Penitenciário de Segurança Máxima, que prevê o isolamento do detento por 720 dias, renováveis (PLS 179/05). As três PECs – 21/05, de Tasso

Jereissati (PSDB-CE); 60/05, de Renan Calheiros (PMDB-AL), e 22/01, de Romeu Tuma (PFL-SP) – buscam garantir os recursos destinados à segurança pública, propondo mecanismos de vinculação das verbas a impostos, de forma que a execução orçamentária seja impositiva.

– A Subcomissão de Segurança Pública, presidida por Tasso Jereissati, aprovou muitos projetos, mas o governo derrubou as propostas na Câmara. O governo não quer gastar com o sistema penitenciário e a polícia não terá como enfrentar o banditismo nessas condições – avalia Demostenes.

Senadores querem mudanças nas leis e ação articulada dos governos

Na reunião promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para discutir leis de aplicação imediata destinadas a diminuir a violência no país, Ramez Tebet (PMDB-MS) reconheceu que a simples aprovação de leis não freará o aumento da criminalidade. Para o senador, é preciso que se cumpram as normas legais e que os governos ajam com maior rigor.

– O que existe é uma leniência governamental que está dando força aos bandidos – resumiu.

Para Almeida Lima (PMDB-SE), a onda de violência em São Paulo é de ordem local, competindo à Assembléia Legislativa votar leis destinadas a diminuir a criminalidade no estado. No entanto, ele reconheceu ser necessário que o Congresso tome decisões urgentes por meio de aprovação de leis federais para tentar reprimir a violência no país.

Antônio Carlos Valadares

(PSB-SE) quer solução conjunta envolvendo a União, estados e municípios para que a violência seja mais bem combatida. Ele cobrou a reforma do Código Penal e da Lei de Execução Penal.

Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a reunião convocada pelo presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães, e defendeu punição exemplar a organizações, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), que venham a praticar atos terroristas.

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo federal por não ter articulado uma política de segurança pública e Leonel Pavan (PSDB-SC) não descarta a possibilidade de que por trás dos ataques “exista uma ação política destinada a responsabilizar o governo de São Paulo”. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou o aumento de recursos que a União, nos últimos três anos, tem repassado àquele estado.

Ideli apóia urgência e opositoristas criticam falta de verba em segurança

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que o governo apóia a urgência na aprovação de medidas para conter a criminalidade. Ela sugeriu que a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que funciona no âmbito da CCJ, volte a se reunir e trabalhe junto ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ligado ao Ministério da Justiça.

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), há projetos tramitando na Câmara e no Senado que precisam ser votados com urgência. Ele cobrou o exame pelos congressistas, em caráter preferencial, de três temas: combate ao crime organizado, revisão do Código de Processo Penal e recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Agripino criticou a falta de recursos para o setor da segurança e o fato de o governo federal ter gasto o dobro enviando tropas para o Haiti. Disse ainda que, se o líder da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Camacho, o Marcola

– que comandou a rebelião em São Paulo –, estivesse na solitária, “nada disso teria acontecido”.

Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu a mobilização da mídia para condenar com veemência o tráfico de drogas. Segundo observou, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também precisa fazer a distinção entre os advogados que defendem clientes criminosos e os demais. O senador criticou o excesso de gastos com tropas no Haiti em detrimento de recursos para a segurança pública, mas reconheceu que esse setor não tem sido prioridade nos governos, nem no de Fernando Henrique, nem no de Luiz Inácio Lula da Silva.

Jorge Bornhausen (PFL-SC) cobrou a atualização da legislação penal e Jefferson Péres (PDT-AM) disse ser necessário um grande pacto nacional em prol de um projeto conjunto para a segurança pública, a educação e a reurbanização. Segundo Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), o orçamento para a segurança pública deve ser impositivo.

▼ Propostas para combater a criminalidade

Entre as matérias legislativas que deverão ser analisadas pela comissão especial, Demostenes Torres destaca:

- Serviço de inteligência carcerária: para fiscalizar toda a movimentação nos presídios e evitar a entrada de drogas, celulares, pacotes suspeitos etc. O serviço se reportaria ao Ministério Público.
- Regime disciplinar diferenciado de segurança máxima: juiz pode determinar isolamento por mais um ano se o detento cometer falta grave. Nesse regime, em cela individual, a visita será de apenas dois familiares, separados por vidro e com filmagem; haverá banhos de sol por duas horas diárias e a comunicação com outros presos fica vedada.
- No regime de isolamento, fica proibida a entrada de alimentos, som e outros utensílios. Os contatos com advogados serão mensais.
- Possibilidade de leis locais para exame criminológico – “uma grande inovação”, segundo Demostenes.
- Punição com isolamento para quem for pego com celular na prisão.

- Aumento do tempo máximo de reclusão dos atuais 30 anos para 40 anos. Hoje, segundo Demostenes, um preso que é condenado a 300 anos tem sua pena diminuída para 30 anos e ainda consegue mais uma redução. A proposta é que, nesses casos, não haja redução de pena para período inferior a 40 anos.
- Dificultar a progressão de regime, que hoje ocorre a partir do cumprimento de um sexto da pena, para crimes hediondos.
- Extinção do novo júri. A matéria já foi aprovada no Senado, mas está paralisada na Câmara dos Deputados.
- Revisão criminal para acusação: o processo poderá ser reaberto se aparecer fato novo.
- Extinção de pena reduzida para crimes cometidos por pessoas com idade entre 18 e 21 anos.
- Extensão da delação premiada para condenados presos. Hoje só existe para quem está em processo de julgamento. Demostenes acredita que, se a medida for estendida aos presos, poderão ser desbaratadas mais quadrilhas criminosas.

Aelton: medidas de apoio ao campo têm sido insuficientes



Aelton Freitas

Aelton Freitas (PL-MG) expressou apoio às manifestações dos produtores rurais e considerou insuficiente o pacote de medidas anunciado pelo governo na sexta-feira.

– Sabemos do esforço desse governo em buscar alternativas para superar a crise, mas entendemos que é necessário mais empenho e ação, principalmente na área econômica, uma vez que o quadro é geral e atinge os produtores de norte a sul, de leste a oeste – disse, defendendo o alongamento das dívidas dos agricultores e uma política de seguro capaz de oferecer proteção à produção e à renda do homem do campo.

Produtores devem “dar o troco” ao governo, diz Pavan



Leonel Pavan

Em resposta ao não-atendimento às reivindicações dos produtores rurais, estes deveriam “dar o troco” ao governo federal nas eleições de outubro, afirmou Leonel Pavan (PSDB-SC). A agricultura brasileira vive a pior crise dos últimos 40 anos, com graves conseqüências como a queda da participação dos produtos agrícolas no produto interno bruto (PIB), quebras de safra e aumento do desemprego, sem que o governo perceba a gravidade da situação. Também em seu discurso, Pavan manifestou preocupação com a concorrência internacional para venda do Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu (PR).

Para Osmar, problema rural pode gerar “caos” nas cidades



Osmar Dias

Se o governo não adotar medidas concretas para combater a atual crise na agropecuária, haverá risco de “caos social” nas cidades, advertiu ontem o líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR). Para ilustrar a situação de “calamidade e desespero”, o parlamentar revelou que, neste ano, os produtos agrícolas perderam, em média, 22,5% de seu valor de venda.

– Não há como alguém explicar para um agricultor que ele vai vender por R\$ 8 ou R\$ 10 uma saca de milho cujo custo de produção é de R\$ 16 – comentou, acusando o governo Luiz Inácio Lula da Silva de prometer muito, mas não ter feito nada pela agricultura.

Crise mobiliza autoridades e agricultores em Brasília

Audiência no Congresso reúne parlamentares, governadores, ministro e produtores. Na Esplanada, trabalhadores rurais e agricultores familiares fazem manifestação

Ao participar de audiência pública que discutiu a crise na agropecuária, o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Sérgio Guerra (PSDB-PE), afirmou ontem que o governo precisa apresentar soluções urgentes para resolver os problemas enfrentados pelo setor. Conforme o senador, uma decisão sobre a questão da agricultura não pode ser protelada, sob pena de o país defrontar-se com outros problemas sociais advindos da crise no campo, como o desemprego. A audiência foi promovida pela CRA em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, o governo de Mato Grosso e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Do lado de fora do Congresso, 1,5 mil trabalhadores rurais e agricultores familiares participaram do 12º Grito da Terra. Os manifestantes pediam garantias



Em debate realizado no Auditório Petrônio Portella, do Senado, autoridades buscam solução para crise da agricultura brasileira

de preço mínimo e mais recursos para o programa de crédito da agricultura familiar (Pronaf), entre outras reivindicações.

Na opinião de Sérgio Guerra, as autoridades da área da agricultura não têm autonomia para agir e estão subordinadas à política macroeconômica. Ele afirmou que agronegócio é o principal setor

econômico do país e precisa receber investimentos do governo.

– A palavra do ministro não é considerada por aqueles que governam. O Brasil não se volta para as verdadeiras prioridades, que devem ser confirmadas em termos de financiamentos. Não se pode protelar a resolução dos problemas, para que o mundo

rural tenha seu papel valorizado e reconhecido – disse.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, reconheceu que a atual crise agrícola é uma das piores enfrentadas pelo país e garantiu que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá anunciar, no próximo dia 25, medidas

“estruturantes e essenciais” para o setor. Roberto Rodrigues disse ainda que o ministério está adotando instrumentos que devem resolver não apenas o futuro dos agricultores e pecuaristas, mas também as conseqüências das crises passadas, como dívidas agrícolas.

Participaram da audiência, que se realizou no Auditório Petrônio Portella, do Senado, os economistas Paulo Rabelo de Castro, Guilherme Leite da Silva Dias e Fernando Homem de Melo. Eles que apresentaram uma retrospectiva da atividade agropecuária no país durante os últimos 30 anos. Eles concordaram que a atual crise da agricultura é a pior do período.

Estiveram também presentes à reunião governadores de nove estados brasileiros, além de secretários de Agricultura de vários estados, prefeitos, vereadores e produtores rurais.

Alvaro teme o agravamento de protestos dos produtores



Alvaro Dias

A situação tensa em função do agravamento dos protestos dos produtores rurais está preocupando Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele pediu que o governo abra negociações com os agricultores.

O senador sugeriu ainda que seja discutida proposta da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) de criação de um câmbio específico para as operações de venda ao exterior.

Alvaro disse que existem no Paraná 80 pontos de mobilização, apoiados por 240 sindicatos do setor. Ele destacou que, no município de Guarapuava, 10 mil pessoas participam de protesto e, em Ponta Grossa, cerca de 5 mil.

Antonio Carlos pede que Congresso aponte soluções



Antonio Carlos

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o Congresso Nacional contribua para solucionar a crise da agricultura, no que foi prontamente atendido por Renan, que disse estar disponível para dar sua “modesta contribuição” para a solução da questão.

Dizendo-se preocupadíssimo com a crise agrícola, Antonio Carlos acusou o governo de enganar a sociedade brasileira ao apresentar números que, afirmou, não correspondem à realidade. Segundo ele, o governo, por meio de suas lideranças na Câmara, tem impedido a aprovação de projetos favoráveis aos produtores.

Garibaldi: política econômica desconsidera setor produtivo



Garibaldi Alves Filho

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), citando trechos de exposição de candidatos a diretores do Banco Central sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), condenou a prioridade dada pelas autoridades monetárias ao combate à inflação em detrimento do fomento às atividades produtivas.

Referindo-se à mobilização de agricultores e governadores, o senador considerou surrealista o discurso dos candidatos a diretor do BC.

– Que país é esse onde, numa mesma manhã, governadores de estado falam uma linguagem e autoridades monetárias falam outra, inteiramente diferente? – questionou.

Comissão entrega hoje aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados sugestões para alterar rito de tramitação da proposta orçamentária

Mudança deve reduzir poderes do relator-geral do Orçamento

A comissão de três senadores e três deputados que estuda mudanças no rito de tramitação do Orçamento da União decidiu recomendar medidas que vão reduzir o poder do relator-geral do projeto, já a partir deste ano. Para começar, ele não terá mais poderes na discussão das reestimativas de receitas do Congresso, pois será criado um relator exclusivo para isso.

O relator-geral também não poderá dispor como quiser dos valores das reestimativas, as quais necessariamente serão distribuídas entre emendas de bancadas (25%) e os dez relatores setoriais (55%). O Congresso poderá fazer no máximo duas reestimativas de receitas.

A comissão fez ontem mais



Para Fernando Bezerra, proposta dá mais transparência à discussão do Orçamento

uma reunião e deve entregar na tarde de hoje suas conclusões aos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, e aos líderes partidários.

– O projeto não resolve todos

os problemas do Orçamento, mas dá mais transparência à discussão da proposta orçamentária – afirmou o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso e integrante do colegiado.

A comissão confirmou a intenção de cortar à metade o número de parlamentares da Comissão Mista de Orçamento – hoje com 63 deputados e 21 senadores.

Também será sugerida uma forma de evitar que os congressistas acabem contribuindo para o aumento de obras inacabadas no país. Assim, se uma bancada destinar verbas a um projeto, no ano seguinte a obra terá de receber dinheiro por emenda da mesma bancada de deputados.

Suassuna desmente participação em esquema

“Não conheço nenhuma Penha, não conheço o senhor Verdoim, não tenho negócios em Mato Grosso e não envergonharia o meu mandato e nem humilharia a Paraíba por nada neste mundo.” O desabafo foi feito pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao rechaçar ontem, da tribuna do Plenário, seu envolvimento no esquema de desvio de recursos públicos destinados à compra de ambulâncias revelado pela Operação Sanguessuga da Polícia Federal.

Em depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal, a servidora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino acusou 170 parlamentares de participarem, direta ou indiretamente, do esquema. Ela disse que Ney Suassuna teria envolvimento com o esquema, que já duraria seis anos e teria desviado mais de R\$ 100 milhões dos cofres públicos. Darci Verdoim é dono da empresa Planan, que estaria vendendo as ambulâncias a preços superfaturados e teria repassado dinheiro a parlamentares.

Suassuna explicou que somente duas cidades da Paraíba possuem um bom sistema de saúde, Campina Grande e João Pessoa, daí os constantes pedidos que os prefeitos fazem de ambulâncias. Ele informou que, em



Suassuna: “Não envergonharia o meu mandato e nem humilharia a Paraíba”

dois anos, consegui a liberação de recursos para a compra de 29 ambulâncias, das quais 13 foram vendidas pela Planan. Dessas, 11 foram repassadas a prefeituras de partidos que fazem oposição ao PMDB.

– Coloquei emendas de R\$ 80 mil, que é o preço do carro. Estou aqui com duas tomadas de preço, uma feita no Distrito Federal e a outra na Paraíba. Nos dois casos, o veículo foi cotado por R\$ 78.160. Esse é o valor do carro, sem contar que tem que colocar faróis, sirenes, maca e oxigênio para transformar em ambulância. As prefeituras da Paraíba compraram pelo preço justo. Esse mesmo carro foi comprado em outros estados por R\$ 160 mil – comparou.

Controle

O senador registrou ainda que, depois de apresentar a emenda,

o parlamentar intercede junto ao Executivo para que o recurso seja liberado. Quando o pleito é atendido, a autorização é publicada no *Diário Oficial* da União e o crédito feito na conta do município. O prefeito compra a ambulância e o Ministério da Saúde fiscaliza para detectar se o preço foi compatível. Além do ministério, a prefeitura também é fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado, pela Controladoria Geral da União, pela câmara municipal e, em alguns casos, pelo Tribunal de Contas da União.

– O que um senador tem a ver com isso? – indagou.

Na avaliação de Suassuna, o Brasil está vivendo uma época de denuncismo vazio. Ele protestou porque nem sequer foi ouvido antes de as acusações ganharem espaço nos meios de comunicação. O senador colocou-se à disposição do Conselho de Ética e da Corregedoria do Senado para quaisquer esclarecimentos.

Durante os mais de 60 minutos em que Suassuna ocupou a tribuna, 14 senadores de diferentes partidos pediram aparte para lhe prestar solidariedade. O corregedor-geral da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), solicitou cópia dos documentos apresentados por Suassuna na tribuna.

Tuma enumera providências em relação a denúncias de revista

Requerer à Polícia Federal a abertura imediata de inquérito para apurar a denúncia; solicitar à CPI dos Bingos a convocação do banqueiro Daniel Dantas; enviar ofício ao delegado designado para comandar o inquérito oferecendo-se para depor a qualquer instante; e colocar à disposição o seu sigilo bancário. Essas foram as providências tomadas pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) após ter seu nome citado pela revista *Veja* como titular de uma conta bancária em paraíso fiscal.

Segundo o senador por São Paulo, ainda no fim de semana ele procurou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e afirmou que não aceitaria nenhuma forma de adiamento da investigação. Romeu Tuma revelou que está contratando um advogado para acionar judicialmente a revista.

– Sei que não preciso provar a minha inocência, eles são quem têm de provar que estão certos. Não tenho nada a temer, pelo contrário. Quero e exijo que a verdade apareça. Daniel Dantas já deu entrevista à *Folha de S. Paulo* garantindo que não tem nada a ver com a lista. A Kroll também já desmentiu que tenha feito qualquer tipo de investigação sobre a suposta lista. Não sei onde está a mentira.

Em sua edição desta semana, *Veja* informa que Daniel Dantas tem uma lista produzida por um



“Não tenho nada a temer. Quero e exijo que a verdade apareça”, diz Romeu Tuma

ex-dirigente da agência internacional de espionagem Kroll, contendo nomes de supostos titulares de depósitos em paraísos fiscais. Além de Tuma, também constam na relação o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ex-ministros José Dirceu, Antonio Palocci e Luiz Gushiken, o ministro Márcio Thomaz Bastos e o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda.

Tuma pesquisou a respeito das pessoas citadas na reportagem e constatou que o ex-ministro argentino José Luis Manzano, que teria contratado *hackers* para invadir computadores e roubar as informações, é acusado de vários crimes sob investigação. Já Frank Holder, que teve uma empresa de investigação comprada pela Kroll, de acordo com o parlamentar, como ex-integrante da CIA, é capaz de produzir calúnia e injúria.

Em apartes, 28 senadores prestaram solidariedade a Tuma.

Aprovada MP que corrige a tabela do Imposto de Renda

Os senadores aprovaram ontem a Medida Provisória (MP) 280/06, que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, válida a partir de 1º de fevereiro de 2006. A partir de alteração ocorrida na Câmara dos Deputados, foi aprovado no mesmo texto dispositivo que concede às empresas em débito com o fisco prazo de 120 dias para aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

O programa permite às empresas o pagamento de dívidas relativas a impostos e contribuições em até 180 parcelas ou em prestações determinadas por percentual de faturamento que varia de 0,3% a 1,5%.

O relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR), que apresentou parecer favorável, informou sobre a inexistência de compromisso por parte do governo quanto à sanção da proposta, devido à inclusão da emenda sobre o Refis pela Câmara.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Ideli Salvatti (PT-SC), Tião Viana (PT-AC) e Sibá Machado (PT-AC) manifestaram posição contrária à inclusão do Refis por beneficiar maus pagadores. Os líderes Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) votaram a favor, mas liberaram suas bancadas para decidir de acordo com a sua consciência. O líder da Minoria, Alvaro Dias (PSDB-PR), e o líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), recomendaram voto favorável.

Valdir Raupp (PMDB-RO) e Ramez Tebet (PMDB-MS), ressaltando as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas brasileiras, defenderam a aprovação do Refis. A MP volta à Câmara porque foram feitas três modificações. Uma delas excluiu parte do dispositivo do Refis que suspendia o processo criminal contra dirigente de companhia investigada pela prática de crimes contra a ordem tributária.



J. Freitas

Debate reúne Adacyr Reis (E), Paulo Paim, Heráclito Fortes, Demian Fiocca e Marsillac

BNDES prorroga o prazo de empréstimo para compra da Varig

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fiocca, informou que o banco prorrogou até hoje o prazo para receber proposta para o empréstimo de US\$ 250 milhões a empresas interessadas em participar do leilão da Varig. Ele esteve ontem na audiência pública conjunta realizada pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Fiocca afirmou que essa decisão do BNDES atende a pedido dos gestores da Varig. A empresa, explicou ele, precisa desses recursos para continuar em operação até o leilão, que deverá ser realizado nos próximos 60 dias.

A reunião, presidida pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), contou com a participação do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que elogiou o papel do BNDES nas negocia-

ções. Com essa solução, a maioria dos empregos dos trabalhadores da Varig será preservada, segundo Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS).

O secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Adacyr Reis, e o coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig, Márcio Marsillac, debateram a questão das aposentadorias e benefícios dos funcionários da Varig. Marsillac disse que contribuiu por 18 anos com cerca de 12% do seu salário para o Instituto Aerus de Seguridade Social e agora está ameaçado de perder toda essa contribuição.

O secretário de Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul, Luiz Roberto Pontes, afirmou que, ao investir para salvar a Varig, o governo federal estará salvando dinheiro público: “Os dois maiores credores da companhia são o governo, com mais de 60% de sua dívida total, e os trabalhadores”.

Paim registra pesar pela morte de sindicalistas no RS

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou, ontem, a morte de quatro sindicalistas das indústrias alimentícias de Santa Maria na última semana – Cipriano da Rocha, Clarice Cardeais Rosa, Reinaldo Quadreato e Luciano Maio. Os trabalhadores faleceram num acidente automobilístico a caminho de Porto Alegre, onde participariam de uma reunião.

– A morte desses heróis lutadores causou grande comoção no meio sindical e nos movimentos populares do meu estado – informou Paim.

A atuação dos citados trabalhadores, de acordo com o senador, deixou marcas profundas no movimento sindical da região,



Roosevelt Pinheiro

Paim: atuação dos trabalhadores deixou marcas profundas no movimento sindical principalmente pelo intercâmbio que eles promoveram com as mais diversas entidades de todas as categorias.

Paulo Paim prestou solidariedade às famílias das vítimas do acidente e a todos os trabalhadores do Rio Grande do Sul. O senador recebeu apertes de Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ministro de Minas e Energia e presidente da Petrobras debatem com senadores, na Comissão de Relações Exteriores, repercussões da crise do gás boliviano

Alternativa à negociação seria a guerra, segundo a Petrobras

As posições do governo e da Petrobras em relação à nacionalização do gás boliviano são complementares, disse ontem o presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli, durante audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A única alternativa à postura de negociação adotada pelo governo, afirmou, seria a de um conflito aberto com o país vizinho.

– Se o governo brasileiro estivesse agredindo a Bolívia, não poderíamos estar negociando. A outra alternativa é a guerra, e o governo brasileiro não vai fazer isso – ressaltou Gabrielli, em resposta a Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a situação “delicada” que vive a América do Sul, em virtude de desentendimentos entre diversos países do continente. Líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) elogiou a Petrobras por ter “cumprido o seu dever” ao anunciar a busca de alternativas ao gás boliviano. Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou maiores investimentos na pesquisa de gás em território brasileiro.

A utilização de gás natural pela indústria, recordou Ideli Salvati (PT-SC), tem efeitos positivos não apenas sobre o meio am-



Célio Azeredo

Silas Rondeau (D) depõe na CRE, ao lado de Saturnino, Gabrielli e Serys Shlessarenko

biente, por meio da redução da poluição, mas também sobre a qualidade dos produtos.

Em resposta, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, disse que o país está buscando uma política de “independência energética”. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou declaração do diretor da Petrobras Ildo Sauer, segundo a qual o governo da Bolívia cairia em três meses se não mantivesse o abastecimento de gás ao Brasil. Para o ministro, a declaração foi mal interpretada.

Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu a continuidade das negociações com a Bolívia para que se encontre uma solução pacífica, posição semelhante à da senadora

Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que há 300 mil bolivianos em São Paulo e posicionou-se a favor do livre trânsito de pessoas na América do Sul. O aumento do consumo de energia no Brasil foi motivo de preocupação de Sibá Machado (PT-AC).

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a rápida construção do gasoduto entre Urucu (AM) e Porto Velho (RO). Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que respeitava a soberania da Bolívia, embora criticasse os “excessos” verbais do presidente Evo Morales. A reunião foi comandada pelo presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Rondeau: empresa tem autonomia para negociar

A Petrobras deverá ter autonomia para negociar com o governo da Bolívia os termos da indenização pelos seus investimentos, disse ontem o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, na audiência da CRE. Em resposta a Jefferson Péres (PDT-AM), autor do requerimento para a realização da audiência, ele negou que o governo tenha a intenção de intervir no processo para resguardar a política de integração continental.

– Não haverá pressão do governo para que se flexibilize a negociação, afrontando a lógica empresarial da Petrobras – assegurou Rondeau.

Jefferson afirmou que também defende a integração continental, mas observou que essa integração deve levar em conta os interesses

do Brasil. Por essa razão, quis saber de Gabrielli se a Petrobras exigiria indenização prévia pela nacionalização de suas refinarias na Bolívia e quem seria responsável pela elaboração da auditoria prometida pelo governo de La Paz a respeito dos investimentos feitos no país.

A indenização prévia, informou Gabrielli, está prevista na Constituição da Bolívia. Quanto à auditoria, frisou ele, os dados a serem colhidos pelo governo boliviano deverão ser conferidos com os de uma auditoria da própria Petrobras, para que se chegue a uma solução satisfatória.

Rondeau informou que o gás natural responde, atualmente, por 9,3% da matriz energética brasileira. Ele observou que as reservas bolivianas de gás, antes

da construção do gasoduto para o Brasil, eram estimadas em 5,7 trilhões de metros cúbicos – número que subiu para 48,7 trilhões. A venda de gás ao Brasil rende à Bolívia divisas de US\$ 1,4 bilhão por ano, ressaltou o ministro.

Rondeau disse ainda que, após uma reunião com autoridades bolivianas, na semana passada, foram criados grupos de trabalho para avaliar as regras para os negócios durante a transição de 180 dias estabelecida pelo decreto de nacionalização do gás boliviano e as condições para a assinatura de contratos de produção.

Gabrielli confirmou que se encontram suspensos novos investimentos da empresa na Bolívia e que estão sendo realizados estudos para diversificar as fontes de suprimento de gás ao Brasil.

Assegurar o acesso da criança à escola, sua permanência nela e o sucesso nos estudos são objetivos da proposta aprovada pela Comissão de Educação do Senado

Criança a partir de 4 anos pode ter direito a escola perto de casa

As crianças que completarem quatro anos de idade poderão ter direito a uma vaga nas escolas públicas de educação infantil ou do ensino fundamental mais próximas às suas residências. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 03/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado ontem, em decisão terminativa, na Comissão de Educação (CE).

O objetivo da proposta, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é assegurar o acesso das crianças à escola, a permanência nela e o sucesso nos estudos.

– Já é tempo de o Brasil levar a sério a educação das crianças, e, assim, viabilizar seu futuro – afirmou Cristovam.

Para o relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), a escolarização na primeira infância, além de ser um direito básico de todas as crianças, facilita a inserção das



Cristovam (entre Raupp e Juvêncio): “Já é tempo de levar a sério a educação das crianças”

mulheres no mercado de trabalho e produz efeitos consideráveis a longo prazo.

Rádios

A CE também aprovou, em decisão terminativa, 15 projetos de decreto legislativo que dispõem sobre radiodifusão. Oito instituições foram autorizadas a executar serviço de radiodifusão comunitária, dentre elas a Associação Comunitária Candelariense (Acomcan), para operar na

cidade de Candelária (RS). Foram concedidos seis atos de outorga de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada a instituições como a Rádio Mirandiba FM Ltda., autorizada a atuar no município pernambucano de mesmo nome. Ainda foi acolhido ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens em Porto Velho.

Intervenção reduzida em empresas jornalísticas

A legislação que trata da constituição societária das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de imagens poderá ser alterada. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Educação a partir de parecer de Edison Lobão (PFL-MA) a projeto de lei (PLS 222/05) do senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG). O objetivo é reduzir a intervenção estatal na constituição dessas empresas.

Hélio Costa, hoje ministro das Comunicações, diz na justificativa do projeto que o excessivo controle estatal sobre a vida so-

cietária das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão é desnecessário. “Mais do que isso, revela-se prejudicial à atividade, pois inibe o investimento em serviço de tamanha relevância social”, afirma Hélio Costa, que é jornalista.

A proposta visa modificar a Lei 10.610/02, que passaria a vigorar da seguinte forma: “As alterações de controle societário das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de imagens que tenham, na composição de seu capital social, a participação de estrangeiros ou de brasileiros na-

turalizados há menos de dez anos serão comunicadas ao Congresso Nacional”. Atualmente, qualquer mudança deve ser informada ao Congresso. A matéria será analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ainda foi aprovado pela CE parecer de Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de lei que institui 2006 como o Ano da Juventude (PLC 137/05) e parecer de Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei que declara o sociólogo Florestan Fernandes “Patrono da Sociologia Brasileira” (PLC 25/06).

Papaléo nega envolvimento com contrabando de urânio no Amapá

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ocupou ontem a tribuna do Plenário, por mais de uma hora, para refutar as acusações contra ele publicadas na edição desta semana da revista *IstoÉ*, na reportagem especial “O contrabando do urânio brasileiro”. O senador afirmou que a matéria faz referência “maldosa, injuriosa e caluniosa” a seu respeito. A reportagem trata de investigações da Polícia Federal sobre o contrabando de minerais radioativos na região Norte do país.

A revista sugere o envolvimento de Papaléo Paes com o ex-superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no Amapá, José Guimarães Cavalcante, e com o irmão deste, Edson Guimarães Cavalcante. O periódico interpreta que o senador ajudaria os irmãos “a resolver questões burocráticas das empresas da quadrilha em Brasília”. Papaléo Paes rechaçou veementemente as acusações.

– Isso aí é o cúmulo. Estou tranqüilo, não tenho nada a ver com isso, porém estou indignado de ver que essa onda de denúncia torna a imprensa muitas vezes responsável por acabar com a imagem de um cidadão – protestou.

O parlamentar relatou as razões de seu nome ter sido citado pelos irmãos Cavalcante em conversa telefônica interceptada pela Polícia Federal nas investigações. De acordo com Papaléo, em outubro de 2004, seu gabinete recebeu um abaixo-assinado dos funcionários do DNPM-AP solicitando que o senador intercedesse junto ao diretor do DNPM nacional para que o superintendente José Guimarães Cavalcante fosse mantido no cargo no estado. Entretanto, continuou Papaléo, o superintendente foi substituído e solicitou então uma licença-prêmio, a qual foi concedida pela instituição. Pouco antes de terminar a licença-prêmio, informou o senador, José Guimarães Cavalcante solicitou licença sem vencimentos, para



Papaléo: onda de denunciismo pode acabar com imagem de um cidadão

que pudesse se afastar da função de servidor público por dois anos, com o objetivo de trabalhar em uma empresa mineradora privada.

– Quatro meses depois, o irmão de José Cavalcante, Edson Guimarães Cavalcante, pediu para que eu intercedesse, junto ao DNPM, para solicitar que a licença sem vencimentos do irmão fosse concedida. Telefonei para Miguel Nery [diretor-geral do DNPM] e solicitei a ele a possibilidade de liberar o direito do servidor público. E Miguel Nery me retornou informando que este processo ainda não estava em Brasília, estava ainda no DNPM do Amapá. Uma semana depois Nery me ligou e disse que o pedido seria atendido – acrescentou Papaléo Paes.

O senador afirmou que a conversa telefônica entre os irmãos interceptada pela Polícia Federal, na qual é citado, trata apenas da licença que já havia sido concedida verbalmente, mas cujo ato ainda não havia sido publicado.

Na avaliação do parlamentar, a revista demonstrou “falta de seriedade, de responsabilidade e descompromisso com a opinião pública”. Ao se dizer indignado com as acusações, Papaléo informou já ter tomado providências acerca do fato, inclusive junto à Polícia Federal.

Além da manifestação do presidente do Senado, Renan Calheiros, o pronunciamento de Papaléo Paes recebeu apertes de 27 senadores, que se solidarizaram com o colega.



Flexa Ribeiro: *O Liberal* está renovado

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – foto – congratulou a Organização Rômulo Maiorana (ORM) pela renovação tecnológica procedida no jornal *O Liberal*, veículo de comunicação de maior circulação na região Norte. O jornal inaugurou na semana passada uma impressora *off set full color* e um forno secador que imprime até 2 mil páginas coloridas por hora, tornando-se, segundo o senador, o único diário com 100% de impressão a cores em diversos tipos de papel em toda a América Latina. Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) associaram-se à homenagem.



Gilvam anuncia novela produzida no AP

Gilvam Borges (PMDB-AP) – foto – anunciou ontem o lançamento da telenovela *Mãe do Rio*. O senador afirmou que a produção, que deve estrear no Amapá em 29 de maio e ser exibida pela Tucuju, afiliada da Rede TV em Macapá, foi inteiramente realizada na Amazônia e, por isso, “representa um feito inédito na região e é um tributo à cultura amazônica”.

– A autoria, o roteiro e a direção foram compartilhados por mim, Joseli Dias e Ângela Nunes – destacou ele, acrescentando que alguns trechos dos primeiros capítulos serão exibidos hoje, no Auditório Petrônio Portella, do Senado.